

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL APELAÇÃO CRIMINAL: Nº 0005150-69.2013.8.10.0060
APELANTE: MARIA DA CONCEIÇÃO MARTINS DE SOUSA APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADUAL ORIGEM: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TIMON/
MA PROCURADORA DE JUSTIÇA: Drª. MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS
CORDEIRO RELATOR: DESEMBARGADOR SAMUEL BATISTA DE SOUZA REVISOR:
DESEMBARGADOR ANTÔNIO FERNANDO BAYMA ARAÚJO EMENTA PENAL. PROCESSUAL
PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 33, CAPUT. LEI N.º 11.343/2006. EXASPERAÇÃO
DA PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. CULPABILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS DO
CRIME. DADOS CONCRETOS. CONSTATADO. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA.
INCIDÊNCIA NA SENTENÇA DE BASE. CONSTATADO. TEORIA DAS MARGENS. LIMITES DO
PRECEITO SECUNDÁRIO NA PRIMEIRA E SEGUNDA FASES DA DOSIMETRIA. MINORANTE
DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A
exasperação da pena-base deve estar fundamentada em dados concretos
extraídos da conduta imputada ao acusado, os quais devem extrapolar os
elementos próprios do tipo penal incriminador insculpido no preceito
primário. 2. A Súmula nº 545 do Superior Tribunal de Justiça, diz que
“Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do
juizador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, ‘d’, do
Código Penal.” 3. O tipo penal incriminador possui dois preceitos, a
saber, o primário e o secundário, e neste último há a previsão da sanção
penal em abstrato com o limite mínimo e máximo da pena e, o juizador não
pode, em hipótese alguma, extrapolar os limites legais, nem para menos,
nem para mais, em respeito a teoria das margens, que vige de forma
absoluta, tão somente na primeira e na segunda fase da dosimetria da pena.
4. Nos termos do § 4º do art. 33, da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006),
os requisitos para a concessão da minorante de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois
terços) são cumulativos (ser primário, ter bons antecedentes, não se
dedicar a atividades criminosas nem integrar organização criminosa) de
sorte que a falta de qualquer um, torna inviável a figura do tráfico
privilegiado. 5. Recurso CONHECIDO e não provido. ACÓRDÃO Vistos,
relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Desembargadores da Primeira
Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, UNANIMEMENTE
E CONTRA O PARECER DA DOUTA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, EM NEGAR
PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR.
Participaram do julgamento os Desembargadores Antônio Fernando Bayma
Araujo, José Joaquim Figueiredo dos Anjos e Samuel Batista de Souza
(Relator). Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça a Dra. Maria de
Fatima Rodrigues Travassos Cordeiro. Sala das Sessões da Primeira Câmara
Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em São Luís 17 de
outubro de 2023 a dia 24 de outubro de 2023. DESEMBARGADOR SAMUEL BATISTA
DE SOUZA Relator (ApCrim 0005150-69.2013.8.10.0060, Rel. Desembargador (a)
SAMUEL BATISTA DE SOUZA, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 03/11/2023)